

Venezuela

"Eixo do Mal" - Discórdias Transatlânticas

Pedro Courela

O discurso anual do Presidente dos EUA ao Congresso, denominado *State of the Union* é um dos marcos do ano político nos EUA. Este ano o Mundo prestou-lhe tanta ou mais atenção do que os norte-americanos. George W. Bush, na presença do novo líder interino afegão, Hamid Karzai, deu uma alegria aos "falcões" da administração ao apelidar a Coreia do Norte, Irão e Iraque de Eixo do Mal. A reacção internacional, mesmo de tradicionais aliados europeus e asiáticos foi muito negativa. Particularmente duro e incisivo foi o conservador britânico Chris Patten, Comissário Europeu das Relações Externas.

“A Coreia do Norte equipa-se de mísseis e de armas de destruição massiva. (...) O Irão conduz agressivamente investigações sobre esse tipo de armas e exporta o terror. (...) O Iraque continua a publicitar a sua hostilidade à América e a apoiar o terrorismo (...) Estados como estes, e os seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armado para ameaçar a paz mundial.”.

Estas foram as palavras proferidas pelo Presidente norte-americano George W. Bush no seu discurso sobre o Estado da Nação de 29 de Janeiro e que, em certa medida, despoletaram novas tensões entre os Estados Unidos e os seus aliados europeus. O que está essencialmente em causa não resulta directamente do 11 de Setembro e das respostas encontradas para fazer face ao terrorismo, mas antes da tendência que a presente administração americana tem revelado, desde que tomou posse, para adoptar uma postura unilateralista nas grandes questões internacionais, do protocolo de Quioto ao plano de defesa anti-mísseis.

Perante a secundarização evidente das organizações multilaterais com funções no domínio da defesa – nomeadamente a NATO – a ideia, confirmada pelas palavras de Bush, de que estaríamos prestes a assistir ao início de uma nova fase na “luta contra o terrorismo”, e que esta passaria pela condução de acções militares contra os três países referidos, reacendeu a tensão pré-11 de Setembro entre os dois lados do Atlântico e revelou uma leitura quase consensual por parte dos membros da União Europeia. Isto

deve-se principalmente a dois motivos: primeiro, a relação dos três países mencionados – Iraque, Irão e Coreia do Norte – com o terrorismo que esteve por trás dos atentados do 11 de Setembro é, no mínimo, difusa: a Coreia do Norte nunca esteve associada a movimentos terroristas, a própria CIA reconhece que Saddam Hussein não pode ser acusado de qualquer tipo de acção terrorista recente e o apoio do Irão a movimentos terroristas circunscreve-se a organizações que combatem o Estado de Israel.

Os europeus, apercebem-se, portanto, que a intenção de Washington pouco tem a ver com o terrorismo que levou à acção militar contra o Afeganistão, mas sim a uma postura agressiva face a regimes dotados (ou em vias de se dotar) de capacidades militares de destruição massiva. Especialmente no que toca ao Irão, esta postura norte-americana é absolutamente contrária ao que tem sido o esforço da diplomacia da União Europeia em estreitar os laços com Teerão e apoiar as forças reformadoras dentro do país. A omissão, no discurso presidencial, de qualquer referência a questões de direitos humanos e democracia, mostra, aliás, que qualquer regime poderá ser parceiro ocasional nesta “guerra contra o mal”, independentemente da sua postura em relação àquelas questões.

Em segundo lugar, a expressão “eixo do mal” causou um embaraço notório deste lado do Atlântico. Não se trata de uma novidade no discurso norte-americano de política externa: Roosevelt utilizou uma expressão semelhante para se referir ao eixo Alemanha-Itália-Japão na Segunda Guerra Mundial; Ronald Reagan referiu-se ao império soviético no início dos anos oitenta (após a criação de vários regimes comunistas em África e a invasão do Afeganistão) como o “Império do Mal”. Contudo, aos olhos europeus, a escolha das palavras de Bush, para além de simplista, é particularmente deslocada dos tempos actuais. A América não se confronta, como no tempo de Roosevelt ou Reagan, com impérios ou alianças capazes de exportar em larga escala os seus modelos totalitários. Os países em causa são regimes militar e politicamente incapazes de fazer frente à única super-potência actual e cujas principais vítimas são as suas próprias populações.

A irritação dos europeus com o discurso presidencial americano foi formulada de forma bem clara pelo Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, que classificou a nova postura de Washington como um “unilateralismo utilitário”, ou seja, uma abordagem através da qual os parceiros não são consultados e que usa alianças esporádicas conforme as necessidades do momento, lado a lado com uma recusa de se envolver em negociações multilaterais que possam de alguma forma limitar a sua soberania ou a sua liberdade de acção.

Também Chris Patten, comissário europeu para as relações externas, manifestou o seu desagrado para com o discurso de Bush e classificou a abordagem americana de “absolutista”.

A reacção de Patten, o último governador de Hong Kong e membro do partido conservador britânico surpreendeu o chefe da diplomacia norte-americana, Colin Powell, que numa entrevista deu a entender que precisava “de ter uma palavra com Patten”, certamente para lhe explicar a intenção original de Bush. Sem esperar pela “palavra” de Powell, o comissário europeu escreveu um artigo sobre o assunto para o Financial Times do qual publicamos alguns excertos. Embora escrito a título pessoal, o artigo de Patten não pode deixar de ser lido como um reflexo da posição da Comissão Europeia, bem como dos Estados-membros da UE. A sua leitura é um interessante ponto de partida para a reflexão sobre a política externa da União Europeia, consensual na condenação do unilateralismo americano, mas ainda incapaz de formular alternativas, como tem sido evidenciado no contexto do conflito no Médio Oriente.

Resposta de Chris Patten ao discurso de George Bush

Winston Churchill tem sido citado inúmeras vezes em Washington desde o 11 de Setembro. A firmeza das suas intenções, a sua integridade moral e a sua crença na liberdade são uma fonte de conforto para uma nação ferida no seu orgulho. (...)

Ninguém pode duvidar da importância que Churchill atribuía às relações com a América, mas essas relações eram pontuadas por diferendos. (...) Alguns meses após o início da campanha contra o terrorismo, o antigo primeiro ministro seria talvez tentado a repetir a sua observação que “cooperar com aliados implica que estes desenvolvam, ocasionalmente, as suas próprias opiniões”.

Rejeito a posição daqueles que procuram fazer valer as suas credenciais europeias denegrindo a imagem do Tio Sam. Não há uma única gota de anti-americanismo nas minhas veias (...). Sei quanto a Europa deve aos Estados Unidos pela defesa da liberdade ao longo do último século. (...)

Mas amigos fiéis não devem ser hipócritas. Aqueles de entre nós preocupados com certos desenvolvimentos da política norte-americana têm a obrigação de se manifestar. A tendência unilateralista não é nova nem ignóbil. Afirmar que a principal obrigação da América deve ser a protecção do seu sistema democrático e os direitos do seu povo não é

um sinal de egoísmo, da mesma forma que é errado olhar para as obrigações internacionais apenas com a preocupação de avaliar em que medida estas podem vir a constituir uma ameaça à soberania americana.

Nenhum político britânico, apanhado no nosso interminável psicodrama nacional sobre a Europa, deverá ser insensível a estes argumentos. Por que não deveria a única superpotência mundial reivindicar o direito a agir em seu próprio nome, sem entraves impostos por obrigações internacionais? Não tem a América o dever de atacar o mal onde quer que o veja, desde que isso garanta a segurança para todos? O que há de tão errado ou perigoso nalguns traços ligeiros de uma firme governação global, exercida por uma democracia benevolente e com princípios? O multilateralismo é para os fracos.

A minha resposta não é dizer que o unilateralismo é perverso mas que, em última análise é ineficaz e auto-destrutivo.(...) Nos dias imediatos aos ataques, parecia que os Estados Unidos tinham redescoberto a necessidade de aliados para enfrentar uma ameaça comum. O notável e inesperado sucesso da campanha militar no Afeganistão constituiu um tributo à capacidade americana. Mas tal sucesso terá possivelmente reforçado certas ideias perigosas: que a projecção do poder militar é a única base da verdadeira segurança; que os Estados Unidos só podem contar consigo próprios; que os aliados podem ser uma opção extra mas que os Estados Unidos são suficientemente grandes e fortes para lidar com os problemas sem aqueles.

Espero que estas ideias não prevaleçam, pois creio que elas são profundamente desadequadas. A lição do 11 de Setembro é que precisamos tanto de liderança americana como de cooperação internacional numa escala sem precedentes. O exercício da liderança em parceria é tanto do interesse do mundo como da maior potência mundial.

Porquê? Deixo aqui cinco razões:

Primeiro, o dia-a-dia mostra-nos como o mundo moderno está interligado. (...) Este fenómeno torna muito mais importante trabalhar em conjunto com aqueles que partilham os nossos valores, de forma a protegê-los melhor.

Segundo, embora a globalização (...) crie oportunidades sem paralelo, também possui o seu lado negro. A União Europeia simboliza a capacidade dos países trabalharem juntos para enfrentarem problemas comuns.

Em terceiro lugar, a estrutura institucional internacional - das Nações Unidas ao Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio – deve mais ao génio de estadistas norte-americanos do que a qualquer outra fonte. Mas essas instituições estão ameaçadas. As suas decisões são contestadas com cada vez maior truculência e impunidade. (...)

Quarto, a Europa não pode esperar atingir os níveis de despesa militar dos Estados Unidos – nem o deverá desejar (...). A União Europeia, com os seus Estados membros, é uma enorme fonte de ajuda para o desenvolvimento (...). Esta também é uma forma de contribuir para a segurança internacional. Ninguém põe em causa a necessidade de uma acção militar firme para destruir a rede Al-Qaeda e as suas bases. Mas se o nosso objectivo é privar a Al-Qaeda, e outras redes, de base territorial para planejar futuras atrocidades, temos de desenvolver todos os esforços para fortalecer Estados débeis e prevenir que estes caiam nas malhas dos bin Laden deste mundo.

Há ainda um último ponto. Quase nem é necessário referir que por toda a admiração e afecto que os Estados Unidos recolhem por todo o mundo, há também medo e ressentimentos. Como única super-potência, os Estados Unidos acarretam a responsabilidade de manter a autoridade moral da sua liderança. Quando se faz aquilo que se julga certo tudo parece claro e significativo; mas esta atitude tem um preço em termos de legitimidade e de eficácia a longo prazo. E os custos vão-se acumulando com o tempo.

Perante tudo isto, como ficamos? Sinto-me no mínimo, pouco à vontade. Espero da América uma atitude empenhada num mundo complexo e perigoso. Existe muito mal no mundo. Mas rotular um grupo de países tão distintos como um “eixo do mal” não me pareceu a frase mais feliz de quem redige os discursos do Presidente Bush. Obviamente, devemos combater todo o mal. Mas devemos também apoiarmo-nos no bem – e naquilo que nos oferece a esperança de um futuro melhor.

No Iraque, por exemplo, devemos redobrar os nossos esforços para que os inspectores (das Nações Unidas) regressem ao trabalho e apoiar a oposição a Saddam Hussein. Mas no Irão? Quando algumas vozes em Washington defendem que a política europeia para o Irão falhou, a minha reacção imediata é dizer que o necessário é encontrar novas formas de apoiar as reformas, não é fechar as portas.

Quanto à Coreia do Norte a “sunshine policy” de Kim Dae-jung oferece as melhores perspectivas de verdadeira mudança desde há muito tempo. No Médio Oriente precisamos de diálogo, não de isolamento e radicalização acrescida dos palestinianos.

“O desafio da América é o de transformar o seu poder num consenso moral, promovendo os seus valores não pela imposição mas pela sua aceitação voluntária num mundo que, apesar de todas as resistências, precisa desesperadamente de liderança”. Esta frase não é da minha autoria, mas sim do último parágrafo de um livro recente de Henry Kissinger. Será excessivamente ingénuo da parte deste amigo da América dizer que concordo com ele palavra por palavra?